

CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE CANA BRAVA EM MINAÇU (GO): conflitos sociais e o dilema do desenvolvimento

CONSTRUCCIÓN DE HIDROLÉCTRICA DE CANA BRAVA EM MINAÇU (GO): conflictos sociales y el dilema del desarrollo

Hamilton Matos Cardoso Júnior

Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)
hjuniorgo@hotmail.com

Divina Aparecida Leonel Lunas

Doutora em Desenvolvimento Econômico/Unicamp – Professora e Coordenadora do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - Universidade Estadual de Goiás
divalunas@gmail.com

Resumo

A Usina Hidrelétrica de Cana Brava situa-se no município de Minaçu – Goiás. Desde sua construção, os grupos sociais afetados enfrentam uma complexa e duradoura luta social, apoiada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em busca de seus direitos. Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise dos impactos e conflitos causados com a construção da Barragem de Cana Brava, destacando a inserção do MAB nesse contexto. Para a realização deste trabalho, procedeu-se a certos passos metodológicos, dentre eles: pesquisa bibliográfica (técnica e teórica), elaboração e aplicação de instrumentos de pesquisa (entrevistas) e realização de trabalho de campo. Constatou-se que o processo de construção da hidrelétrica baseou-se em uma lógica excludente e arbitrária, gerando impactos diretos na dimensão social do município, atingindo, principalmente, pequenos proprietários de terras, comunidades tradicionais, garimpeiros, arrendatários e trabalhadores rurais. Concluiu-se que a presença desse projeto não contribuiu para a melhoria de vida da população, concretizando apenas interesses externos em detrimento dos locais, e, de um modo mais específico, não contribuindo para o desenvolvimento social e econômico de Minaçu e seu entorno.

Palavras-chave: Barragem. Cerrado. Vulnerabilidade Social.

Resumen

La Hidroeléctrica de Cana Brava se encuentra en el municipio de Minaçu - Goiás. Desde su construcción, los grupos sociales afectados enfrentan a una lucha social complejo y duradera, apoyada por el Movimiento del Afectados por Presas (MAB), en pos de sus derechos. Este trabajo pretende realizar un análisis de los impactos y conflictos causados por la construcción de Cana Brava, destacando la inserción del MAB en ese contexto. Para llevar a cabo esta obra tiene algunos pasos metodológicos, entre ellos: investigación bibliográfica (teórica y técnica), desarrollo e implementación de instrumentos (entrevistas)

de la investigación y la realización de trabajos de campo. Nostalgia si que el proceso de construcción de la hidroeléctrica se basó en una lógica exclusiva y arbitraria, generan impactos en la dimensión social del municipio, alcanzando, especialmente pequeños propietarios; comunidades tradicionales; mineros; los arrendatarios y trabajadores agrícolas. Resulta que la presencia de este proyecto no contribuyó a la mejora de la vida de la población, establecer a sólo los intereses externos en detrimento de lo local, no contribuyendo, por tanto, al desarrollo social y económico de Minaçu y su entorno.

Palabras-clave: Presa. Cerrado. Vulnerabilidad social.

Introdução

A partir da década de 1970, as ações estatais para a expansão do modo de produção capitalista intensificaram-se no bioma Cerrado. Programas como o II Plano Nacional do Desenvolvimento - PND e o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO, contribuíram para a alteração do modo de produção presente nesse bioma que se apresenta no Século XXI com uma estrutura baseada na tecnologia, automação e em conhecimentos mercadológicos.

A instalação de usinas hidrelétricas foi de importância para a expansão do capital e para o crescimento dos núcleos urbanos em áreas de Cerrado, bem como em outras regiões do Brasil. No ano de 2014 existiam 19 importantes usinas hidrelétricas nesse bioma, sendo 6 no estado de Goiás.

Destaca-se que a lógica presente na construção desses projetos traz benefícios apenas ao setor produtivo. Em geral, os casos relacionados à construção de hidrelétricas, apresentam autoritarismo, bem como desrespeito ao meio ambiente e aos direitos e legítimos interesses das populações envolvidas (VIGEVANI apud WALDMAN, 1998). Inúmeras famílias são expropriadas de suas terras de forma arbitrária e excludente. Essas famílias veem-se sujeitas às condições impostas pelo “capital barrageiro”. Condições subsidiadas e apoiadas pelo Estado, que se torna conivente com os agentes desse capital.

O processo de construção da Usina Hidroelétrica de Cana Brava, no município de Minaçu – Goiás –, não fugiu a essa lógica. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a questão energética nesse município, buscando mensurar os impactos e conflitos gerados pelo projeto de Cana Brava, destacando a inserção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Quanto à abordagem, esta pesquisa classifica-se como qualitativa e de natureza básica. Quanto ao objetivo definido, a pesquisa orienta-se pelos pressupostos da pesquisa

exploratória. Destarte, o estudo foi norteado pelos seguintes passos metodológicos: pesquisa bibliográfica (técnica e teórica), elaboração e aplicação de instrumentos de pesquisa (entrevistas), aplicados durante reuniões do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e realização de trabalho de campo no município.

O trabalho está dividido em seis seções, a contar com esta introdução. Portanto, na segunda seção, apresenta-se uma discussão a respeito do papel do estado e das hidrelétricas para a modernização produtiva no Cerrado; posteriormente, na terceira, caracteriza-se o objeto de estudo; na quarta seção, insere-se na discussão o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); na quinta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa e analisam-se os efeitos socioespaciais da construção da hidrelétrica em Minaçu, destacando o conflito social e o dilema do desenvolvimento; por fim, na sexta e última seção, trazem-se as considerações finais a respeito da discussão neste artigo realizada.

Hidrelétricas e a modernização produtiva no Cerrado

O crescimento a qualquer custo protagonizado pela maioria dos países nos dois últimos séculos levou os agentes de gestão a intervirem na natureza de forma predatória, explorando de forma exaustiva os recursos naturais e deteriorando a qualidade do meio ambiente. Segundo o que diz Almeida (1988, p. 7):

A noção de apropriação da natureza, implica numa manipulação da mesma, subordinada aos fins propostos por seu dominador, que, em primeira instância, é o homem. [...] Sabe-se que o desenvolvimento econômico e social, afeta o meio ambiente e por ele é afetado, [...] Onde está a lógica e a razão ao se caminhar para a destruição do meio ambiente, estando umbilicalmente dependente dele? [...].

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2005), o bioma Cerrado ocupa aproximadamente 207 milhões de hectares, equivalentes a 24% do território nacional. Nos últimos cinquenta anos, esse bioma tem sido intensamente apropriado pelo capital agroindustrial por meio do cultivo, principalmente, de soja, milho, algodão e outras *commodities* agrícolas, bem como pela atividade da pecuária extensiva e pela exploração dos recursos minerais. Em poucos anos, o Cerrado teve suas bases sociais e econômicas alteradas pelo “aproveitamento” dos potenciais econômicos e naturais desse bioma.

Shiki (1997) salienta que a intensificação da revolução verde deu origem a um novo marco na dinâmica do desenvolvimento capitalista no Cerrado brasileiro. Para o autor, o modo de produção desenvolvido nesse bioma transformou-se de maneira muito rápida, ampla e contínua, diminuindo a capacidade de resiliência do bioma.

O principal elemento, ainda segundo o autor citado, que viabilizou a expansão do modo de produção capitalista sobre o Cerrado, foram as sintropias. Para Shiki (1997), as sintropias são os recursos naturais de uma determinada região, como os depósitos minerais, as matas, os rios e os solos cultiváveis. Essas sintropias serviram de base para a expansão do sistema de produção capitalista por permitirem, principalmente, o cultivo de lavouras intensivas.

A presença do capital, bem como a modernização produtiva no Cerrado, não seria possível sem a contribuição do Estado brasileiro por meio de ações desenvolvimentistas que apoiaram a produção, o beneficiamento, a comercialização e o transporte da produção. Essas ações possibilitaram acelerar as transformações dos processos produtivos desenvolvidos no Cerrado, como afirma Silva (2000).

Apesar da expansão do modo de produção capitalista sobre o bioma ter-se intensificado a partir da década de 1970, o Estado faz-se presente nesse processo desde a década de 1940, por meio de suas ações no período Vargas. Das ações desse governo, pode-se citar a implantação de duas importantes colônias agrícolas no Cerrado: Colônia Nacional de Goiás (1941) e a Colônia Nacional de Dourados (1943). Segundo o que diz Pessoa (2009, p. 190), a Colônia Agrícola Nacional de Goiás foi “[...] uma intervenção muito bem calculada, preparando o avanço do capital em uma região em que, uma inserção deste, por conta própria, seria pouco vantajosa”.

Consoante a Almeida (2006), a criação de duas importantes cidades na região também contribuiu para a integração e ampliação da infraestrutura sobre o Cerrado. A inauguração de Goiânia, anterior à marcha para o oeste, em 1937, representou forte estímulo migratório para a região. No entanto, foi a construção de Brasília, na década de 1960, que intensificou o processo de migração e viabilizou a integração do Cerrado por meio da implantação de uma importante malha viária que ligou o Centro-Oeste aos principais centros econômicos do Brasil.

Instituições como a Fundação Brasil Central (FBC), atualmente Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste (SUDECO), em muito contribuíram

para a incorporação do Cerrado brasileiro à economia nacional. De acordo com Maciel (2012), essa instituição atuou na implantação de rotas de comunicação, criação de cidades e de postos avançados na região Centro-Oeste em sua principal expedição: Roncador Xingu. Além de sua participação na implantação de infraestrutura necessária para a expansão de áreas povoadas no Cerrado, a autora ainda elucida a importância da FBC no aproveitamento das sintropias do bioma.

Outros programas também tiveram seu papel relevante, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), este último sendo um plano de ação do primeiro, que contribuíram para que a estrutura produtiva da região fosse alterada. Segundo o que diz Scheibe (1985), o POLOCENTRO foi o principal programa do II PND para desenvolvimento do Cerrado. Ele viabilizou a aplicação de recursos financeiros na ordem de US\$ 248 milhões entre as décadas de 1970 e 1980.

Ressalta-se que a expansão do modo de produção capitalista sobre o Cerrado, em especial a região Centro-Oeste, deu-se de forma efetiva e resultou em um novo modelo de produção, baseado principalmente na produção monopolista de grãos (soja, milho, e outros), canavieira, na pecuária extensiva e exploração mineral.

Shiki (1997) afirma que o atual sistema de produção no Cerrado está amparado no sistema agroalimentar. Portanto, o processo de modernização dos modos de produção nesse bioma estrutura-se em indústrias agrícolas que beneficiam matéria-prima e a transforma em produtos para consumo nos mercados nacional e internacional. No rol das indústrias, destacam-se, ainda, as Usinas Sucroalcooleiras, bem como as plantas industriais de exploração mineral. Destarte, a produção no Cerrado passou de um estágio intensivo em mão de obra para um estágio automatizado e tecnificado.

Atualmente, a região Centro-Oeste, bem como o Cerrado, desempenha papel relevante na economia nacional. No entanto, deve-se salientar que esse processo de modernização ocorreu de forma seletiva, parcial, bem como conservadora, à medida que se atrelou, e na medida em que se atrela aos interesses da grande capital. Paralelo a isso, a região ainda observou um acelerado processo de urbanização, resultado da industrialização de certas cidades e da corrente migratória que a região recebeu após a construção da capital federal.

De acordo com Fernandes (2010), nesse contexto, surge o desafio de garantir energia elétrica frente ao aumento da produção e do consumo. A saída encontrada pelo Estado esteve/está ligada à construção de barragens para a geração de eletricidade. O Brasil passa a ser visto, nesse cenário, como “[...] a maior fonte de hidroeletricidade entre os países sul-americanos [...] deve atingir o consumo per capita entre 2,5 a 3,0 tEP nos próximos 20 anos” (GOLDEMBERG, 1998 apud LIMA, 1995).

Todavia, diferentemente das últimas décadas (1930-1980), o responsável pelo setor energético no Brasil deixa de ser exclusivamente o Estado e transfere-se parte da exploração elétrica ao setor privado. Dá-se início a uma forte onda de privatizações das estatais hidrelétricas e concede-se a concessão para a construção de várias barragens ao setor privado durante a década de 1990, inaugurando os “negócios energéticos” do século XXI sempre justificados pelo pretexto do desenvolvimento econômico.

Entretanto, os movimentos sociais alertaram para inexistência do cuidado social e ambiental dos “negócios energéticos” praticados no Brasil desde então. O setor energético ganha característica de “grande negócio” do momento no país, tendo em vista as projeções do crescimento nacional a médio e longo prazos.

A região Centro-Oeste, bem como o Cerrado, passou a receber grandes projetos, financiados e conduzidos pelo Estado em parceria com o setor privado, principalmente a partir dos anos de 1990 em virtude das políticas neoliberais e da necessidade de superar o problema dos apagões, satisfazendo aos interesses dos investimentos privados vindos do estrangeiro. Diante desse fato, Fernandes (2010, p. 31) faz a seguinte afirmação:

A privatização do setor elétrico a partir da década de 1990, a retomada do crescimento econômico a partir da segunda metade da década de 2000, e mais recente o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), têm contribuído de forma decisiva para a continuidade da exploração de grandes potenciais hidrelétricos nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, consolidando novas fronteiras energéticas.

De acordo com Fernandes (2010), dois argumentos foram utilizados para a expansão das hidrelétricas no país, tendo a região Centro-Oeste importante destaque nesse processo. Primeiro, a superação das ameaças relacionadas aos problemas de ordem energética, a exemplo dos problemas ocorridos no ano de 2001; segundo, o discurso de energia “limpa” protagonizada pelo setor, que afirma que a construção de hidroelétricas é a principal saída para a produção energética com baixos impactos ambientais, não sendo

uma atividade poluidora, em contraposição ao uso dos recursos fósseis e vegetais para esse fim. Outras formas de produção elétrica, como a eólica e solar, menos impactantes socialmente, são postas de lado, devido à alegação de dificuldades técnicas e financeiras.

Portanto, ao passo da modernização em curso, e aumento da produção no Cerrado, fez-se necessária a expansão da capacidade de produção elétrica nesse bioma, que se deu através da implantação de barragens para a geração de energia. O estado de Goiás, principal economia do Centro-Oeste e área core desse bioma, possui diversas centrais hidrelétricas, entre grandes, médias e pequenas. A expansão no número de hidrelétricas nesse estado tem contribuído para a expansão produtiva no Cerrado, assim como para o crescimento de áreas urbanas e polos industriais, bem como para a integração do sistema nacional. Dentre as principais hidrelétricas goianas estão: Usina Hidroelétrica de Cana Brava, Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa, Usina Hidroelétrica de São Simão e Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

De acordo com a UFRJ (2015), o Cerrado brasileiro possuía 19 importantes usinas hidrelétricas em 2015 com destaque no sistema nacional. Dentre esse total, o estado de Goiás agrupa seis, Minas Gerais quatro, Mato Grosso do Sul duas, Mato Grosso uma, Tocantins quatro e Maranhão duas.

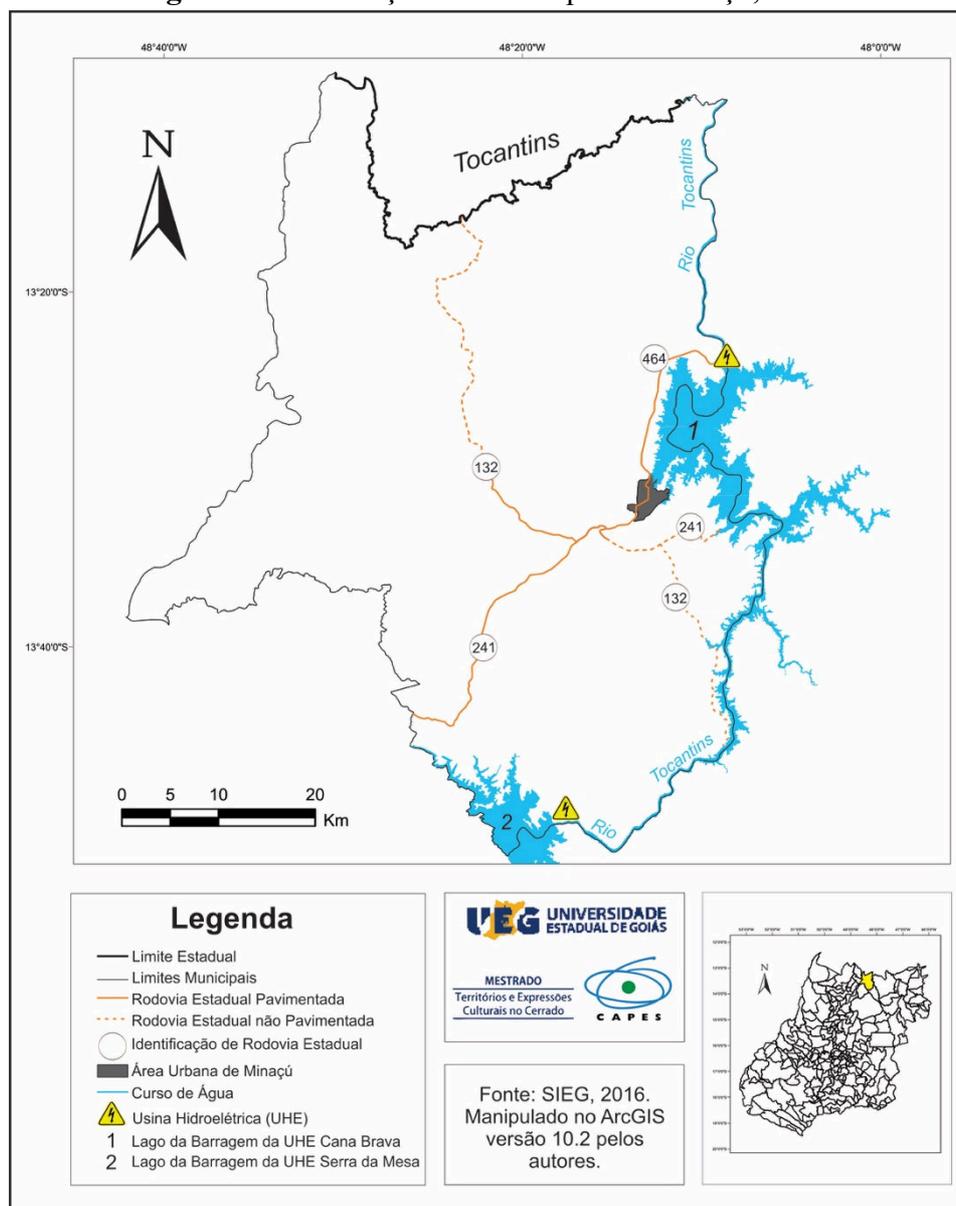
Todavia, Chaves (2003) alerta para os problemas ocasionados ao Cerrado em virtude da construção de usinas hidrelétricas. Segundo o que o autor diz, esse bioma, em especial no estado de Goiás, é o berço das águas do continente Sul Americano. Além do desmatamento, os cursos de água do Cerrado são ameaçados com a construção de uma grande quantidade de usinas hidrelétricas, pois cria ambientes artificiais que alteram a qualidade hídrica, físico-química e biológica dos cursos de água.

Esses grandes lagos artificiais contribuem para a acumulação capitalista. No entanto, provocam desequilíbrio na fauna e na flora da região afetada, ao passo que também obrigam a movimentação de milhares de pessoas, causando danos ambientais que percorrem desde o ecológico até o social. Assim, “[...] trata-se na verdade de uma transformação radical que se opera no ecossistema, substituindo-o por outro artificialmente construído [...]” (LA ROVERE, 1992). Com o objetivo de localizar a pesquisa ora apresentada, no próximo tópico apresentam-se certas características do objeto de estudo.

Caracterização do objeto de estudo

O município de Minaçu, Figura 1, situa-se no norte do estado de Goiás e possuía um total de 31.154 habitantes no ano de 2010 (IBGE, 2011). O município é rico em amianto crisólita, mineral utilizado na fabricação de telhas e caixas de água. Sua economia baseia-se na extração desse mineral, o qual é explorado pela SAMA (S.A. Minerações Associadas), bem como na geração de energia elétrica por meio dos lagos da Serra da Mesa e de Cana Brava.

Figura 1: Localização do município de Minaçu, Goiás



O município está localizado na Mesorregião Norte Goiano e na Microrregião de Porangatu. Esse município experimentou crescimento negativo de sua população no período de 2000 a 2010. Essa realidade é muito parecida com a maioria dos municípios de sua mesorregião e microrregião, uma vez que essas regiões, devido à falta de oportunidades e concentração de pobreza e extrema pobreza, caracterizam-se como “expulsoras” de população.

Conforme a Tabela 1, a indústria foi o setor que mais contribuiu para a geração de riquezas nesse município no ano de 2014, colaborando com 58% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Essa realidade é adversa aos municípios da região onde se encontra, sendo a maioria dependente da agropecuária, serviços ou administração pública. Entretanto, a presença da mineração e da produção elétrica contribui para a expressiva participação da indústria no PIB. O setor de serviços é o segundo que mais contribui para a geração de riquezas (23%), seguido da administração pública (16%) e, de maneira incipiente, da agropecuária (3%).

Tabela 1: Comparação do Valor Adicionado Bruto por setor de Minaçu – 2014

	Serviços	Indústria	Agropecuária	Adm. Pública
Minaçu	23	58	3	16
Microrregião de Porangatu	36	31	14	19
Mesorregião Norte Goiano	36	31	13	20
Goias	50	24	10	16

Fonte: IBGE (2016). Dados tabulados pelos autores.

Dentre os grandes projetos de exploração em operação no município estão: planta de extração de amianto crisólita, Usina Hidrelétrica Serra da Mesa e Usina Hidrelétrica Cana Brava. Esse último projeto é o objeto de estudo deste artigo. A construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava iniciou-se no ano de 1998 por meio da Companhia Energética Meridional (CEM), empresa vencedora da licitação internacional promovida pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em março de 1998, sendo subsidiária da empresa Belga/Francesa Tractbel Energia.

Todavia, segundo o que Pinheiro (2006) apresenta, o projeto para a construção da hidrelétrica teve início no ano de 1990 com a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), expedida pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEMAGO), sendo concedida licença prévia do projeto à estatal Furnas Centrais Elétricas S.A. A licença foi renovada por duas vezes (1995 e 1997).

Ainda consoante ao que a autora diz, no ano de 1998, já sendo a detentora da concessão, a CEM requereu à FEMAGO a emissão da Licença de Instalação (LI), emitida em agosto de 1998. Após a viabilidade legal do projeto, deu-se início às obras da barragem em maio de 1999, sendo finalizadas em dezembro de 2001. Concluída as obras, a Usina Hidrelétrica de Cana Brava entrou em operação comercial em maio de 2002. Pinheiro (2006, p. 55) ressalta que:

O custo total do empreendimento foi de aproximadamente US\$ 426 milhões, dos quais US\$ 138 milhões foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e US\$ 75 milhões pelo Departamento do Setor Privado (PRI) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A área utilizada na inundação do reservatório é de 100 a 200 km², afetando populações dos municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul. Além dos impactos ambientais provocados na região, o lago de Cana Brava também provocou conflitos sociais traumáticos envolvendo as famílias afetadas pela área inundada. Por trás do discurso desenvolvimentista e hegemônico que justificou a construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, veio a desilusão dos moradores impactados que tiveram suas propriedades expropriadas.

No próximo tópico, apresenta-se o Movimento dos Atingidos por Barragens e sua organização em busca pelos direitos dos atingidos por barragens, objetivando, com tal discussão, subsidiar as análises sobre os conflitos presentes em Minaçu, devido à construção da Barragem de Cana Brava.

O Movimento dos Atingidos por Barragens

Frequentemente, pode-se observar nos discursos da grande mídia a tentativa de provocar um sentimento de desaprovação dos movimentos sociais no campo. Segundo o pensamento de Gramsci (2001), a mídia é um aparelho utilizado pelos grupos sociais dominantes, e, como tal, representa seus interesses. Nesse sentido, a imprensa deixou de ser uma instituição da sociedade civil para tornar-se uma instituição da sociedade política.

Os movimentos sociais do campo, ao contrário do que é divulgado e reafirmado pelos grupos hegemônicos, devem ser encarados, antes de tudo, como um movimento de exercício da democracia, da não concordância à sujeição, à subordinação e à arbitrariedade dos grupos dominantes.

Grzybowski (1991), por sua vez, traz a importância e a amplitude dos movimentos sociais do campo no Brasil. Para ele, a luta pela terra não se dá apenas pelo direito a terra, mas contra instituições sindicais corrompidas, partidos políticos, grupos industriais e contra o próprio Estado, quando regidos por interesses particulares e pela acumulação do capital.

Segundo o autor, o movimento contra as barragens revela novos enfoques na luta pela terra, pois se trata de uma luta não apenas pela posse da terra, mas contra sua expropriação. Grzybowski (1991) traz a seguinte afirmação:

Os maiores e principais movimentos estão associados ao processo de construção de barragens para a geração de energia elétrica pelas empresas coligadas na ELETROBRÁS (CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL, ITAIPU BINACIONAL). Nos casos de barragens hidrelétricas, a desapropriação baseia-se no princípio legal da utilidade pública. (GRZYBOWSKI, 1991, p. 25).

A partir da hidrelétrica de Itaipu, observa-se na sociedade brasileira uma crescente presença das questões ligadas aos efeitos sociais e ambientais provocados com a construção de hidrelétricas, levando-se em consideração a degradação do meio ambiente, devido aos impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais (WALDMAN, 1998).

O processo de expropriação da terra do atingido por barragens se dá pela via estatal. É o Estado o agente de expropriação, que a faz baseado em pressupostos jurídicos legais: no “bem comum”.

Segundo o que Grzybowski (1991) apresenta, a principal característica dos movimentos dos atingidos por barragens é o resgate de elementos sócio-culturais que definem o grupo social atingido. As perdas do grupo não podem ser revertidas apenas de forma monetária. Existe uma ligação com o lugar, um sentimento de pertencimento, uma relação de vivência com a terra. Nesse sentido, os atingidos, quando organizados, acabam em um movimento composto por três fases. A primeira diz respeito à justa avaliação e indenização monetária da terra alagada. Na segunda, o movimento avança para propostas de terra por terra. E, por último, acabam em oposição radical à construção da barragem (GRZYBOWSKI, 1991).

O movimento social destinado à defesa dos direitos das populações atingidas por barragens tem suas raízes históricas na década de 1970. Atualmente, os atingidos se organizam através do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esse movimento surge “a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das

barragens” (MAB, 2005, p. 9). Segundo o que é posto pelo MAB (2002), são três os primeiros focos de resistência que originaram o atual movimento, a saber:

Primeiro na região Nordeste, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular. Segundo no Sul, quase que simultaneamente, em 1978, ocorre o início da construção da UHE de Itaipu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região. Terceiro na região Norte, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí. (MAB, 2002, p. 6).

Como evidencia Grzybowski (1991), o Movimento dos Atingidos por Barragens, ao contrário de outros, é plural. Participam desde pequenos proprietários de terras até grupos indígenas, comunidades ribeirinhas, remanescentes quilombolas e grandes proprietários de terras. Todavia, são os pequenos proprietários, bem as comunidades tradicionais que mais sofrem com as circunstâncias desencadeadas pelos processos de desapropriação das terras destinadas às atividades do “setor barrageiro”, o que explica a quantidade de movimentos sociais envolvendo esses grupos. Sobre os integrantes do movimento, Gonçalves (1998, p. 25) faz a seguinte afirmação:

[...] o interessante no caso desse movimento é que se trata de diferentes condições sociais – produtores familiares descendentes de imigrantes do sul do país, camponeses do Nordeste, de caboclos ribeirinhos da Amazônia, populações negras remanescentes de quilombos, comunidades indígenas – que construíram uma identidade política pelo fato comum de serem atingidos por construções de hidrelétricas.

A diversidade existente dentro do movimento é unificada em torno do processo de luta e reivindicação contra as ações arbitrárias e oligárquicas patrocinadas pelo Estado e pelo capital barrageiro. Apesar de diferentes grupos, o movimento é organizado/integrado por desfavorecidos no processo de apropriação do território, colocados à margem das decisões e das discussões que envolvem o crescimento e o “desenvolvimento” econômico e social. De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens:

No mundo existem mais de 45.000 grandes barragens construídas que já expulsaram cerca de 80 milhões de pessoas de suas terras. Além disso, existem hoje em torno de 1.600 barragens em construção no mundo. No Brasil, são mais de 2.000 barragens já construídas, destinadas à produção de energia elétrica ou para abastecimento de

água. Deste total, em torno de 400 são para geração de energia (156 delas são grandes hidrelétricas e 253 são pequenas centrais elétricas - PCHs). Estas barragens já expulsaram mais de 1 milhão de pessoas, sendo que, em média, 70% das famílias atingidas não recebem nenhum tipo de direito. (MAB, 2008).

Corrêa (2009), com base em um estudo por meio de relatos de lideranças do movimento, afirma que os sindicatos dos trabalhadores rurais e a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) posicionaram-se na vanguarda do movimento para realizar a mobilização e a organização das populações atingidas na busca por seus direitos mínimos.

Na maioria dos casos, o Estado é o principal inimigo do expropriado, sendo um intermediador destinado a permitir e legalizar a instalação e apropriação das barragens pelo setor privado, bem como a sujeição do atingido à arbitrariedade da desapropriação. Esse inimigo deve ser atacado primariamente e, por conseguinte, ter suas ações combatidas.

Contraditoriamente, o Brasil reconhece o direito de toda pessoa humana, como sua integridade e adequadas condições de vida. Esse direito está reconhecido pelo artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), devendo assegurar “[...] o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida” (BRASIL, 1992).

Todavia, as famílias desapropriadas sofrem com a súbita degradação de suas condições de vida, à medida que perdem sua moradia, atividades econômicas e a dignidade de serem reconhecidas como cidadãos. Nesse sentido, os MAB, como ficou conhecido, têm por objetivo organizar e defender as famílias ultrajadas e desterritorializadas à força, a fim de encaminhá-las e organizá-las para que lutem e busquem pelo reconhecimento de seus direitos.

De acordo com Fernandes (2010), uma das maiores vitórias do movimento foi a assinatura de um decreto no ano de 2010 pelo presidente da república que “[...] institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por barragens (FERNANDES, 2010, p. 143).

Na próxima seção, serão destacadas as análises sobre os impactos e conflitos ocasionados no município de Minaçu com a construção do lago da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, recorrendo, para isso, a informações coletadas por meio de trabalho de campo e a indicadores socioeconômicos.

O conflito social em Minaçu e o dilema do desenvolvimento

Segundo o MAB local, sediado em Minaçu, cerca de 500 famílias foram afetadas pela construção da barragem da usina. O grupo de atingidos é plural. Participam do movimento em Minaçu, em sua maioria, pequenos agricultores, além de um grupo de 48 famílias de comunidade calunga, mineiros, trabalhadores rurais e arrendatários.

As principais localidades (distritos) afetadas pelo reservatório foram: a Comunidade de Vila Vermelho (Cavalcante), isolada pelas águas, o Povoado de Limoeiro (Cavalcante) e a Comunidade de Vila Buriti (Minaçu). A população atingida, ao contrário do desenvolvimento prometido com a construção da barragem, acabou acumulando pobreza, ausência de perspectiva de vida, terras expropriadas e tradições inundadas.

A construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava provocou o deslocamento compulsório de centenas de famílias que observaram a arbitrariedade no processo indenizatório, bem como sua condição de sobrevivência ameaçada e sua condição social desestruturada. As famílias afetadas, então, começaram a se organizar com o objetivo de reivindicarem seus direitos. Nesse processo, Pinheiro (2006, p. 64) salienta:

“[No] desenrolar do conflito deflagrado pela implementação da UHE Cana Brava, além da participação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra – tradicionais aliados dos movimentos de barragens em suas lutas –, estão atores como o Ministério Público Federal de Goiás, órgãos do Governo, parlamentares, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento”. (PINHEIRO, 2006, p. 64).

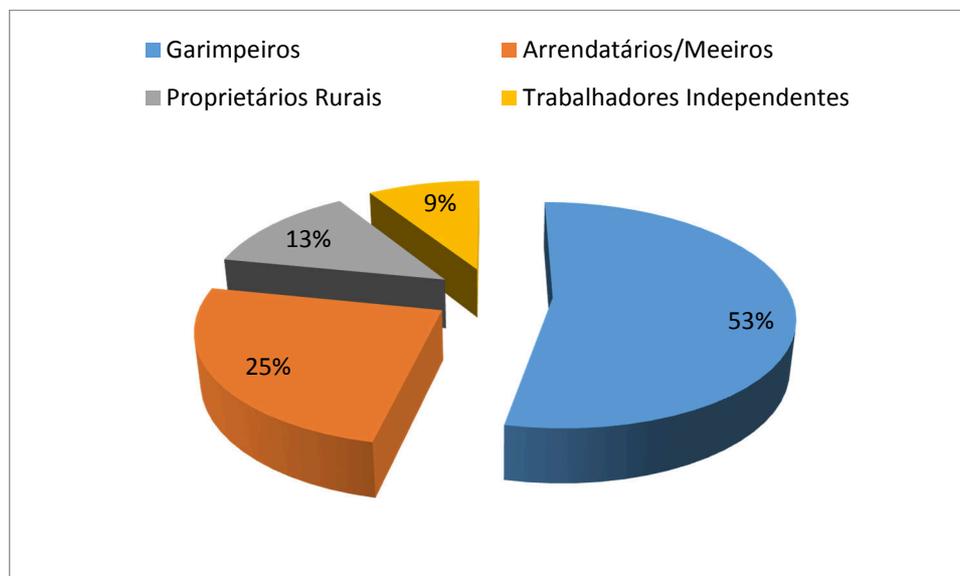
O Ministério Público de Goiás (MPGO), no ano de 2001, realizou uma primeira revisão da situação dos atingidos, em resposta à denúncia feita pelo MAB de que 152 famílias elegíveis à indenização não haviam sido incluídas no censo realizado pela concessionária.

Nesse momento, foi constituída uma comissão composta pelo MPGO, o MAB, a Comissão Pastoral da Terra e a CEM para apreciação das reclamações. Após análise das denúncias, e averiguada a documentação comprobatória dos reclamantes, o Ministério Público determinou que a CEM incluísse novas famílias em seu cadastro. Entretanto, o MAB apresentou novamente reclamações quanto ao processo de indenização, desta vez, dirigindo-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em agosto de 2001.

Pinheiro (2006) destaca ainda outro episódio importante na luta social dos afetados pela Usina Hidrelétrica de Cana Brava, o qual aponta “[...] a assinatura de um Protocolo de Intenções entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em novembro de 2002” (PINHEIRO, 2006, p. 69). Por meio do referido protocolo, o BID comprometeu-se a realizar uma Auditoria Social com o objetivo de apurar as condições das famílias atingidas. A Auditoria Social foi iniciada em abril do ano de 2003.

Como informa Pinheiro (2006), a auditoria identificou 669 reclamações de pessoas que se diziam afetadas com relação à construção da hidrelétrica. Essas reclamações dividiam-se em quatro grupos (Figura 2), sendo eles: 1º grupo – reclamações relacionadas a atividades não-registradas de garimpo de ouro na região alagada que totalizaram 357; 2º grupo – reclamações de arrendatários, meeiros ou pessoas que alegam outras formas de uso da terra, totalizando 166; 3º grupo – reclamações de proprietários rurais, totalizando 86; e 4º grupo – reclamações de filhos, genros e outros parentes de proprietários indenizados, que trabalhavam de forma independente na propriedade agrícola afetada, em um total de 60.

Figura 2: Distribuição dos grupos afetados pela construção da UHE de Cana Brava – Minaçu Goiás



Fonte: Pinheiro (2006). Dados trabalhados pelos autores.

Segundo o que é apresentado por Pinheiro (2006, p. 71), “o relatório final da Auditoria, datado de março de 2004, do total de casos analisados (652), 424 não puderam

comprovar a elegibilidade pleiteada e foram considerados inelegíveis a qualquer forma de compensação”.

Como mostra Pinheiro (2006), foram oferecidas quatro opções de remanejamento para as 258 famílias que foram consideradas aptas a receber a indenização da Companhia Elétrica Meridional. Essas opções foram: 1º - reassentamento urbano em casas na Vila de Furnas; 2º - auto-reassentamento urbano, ao qual se concederia uma carta de crédito no valor de R\$ 5.300,00 para compra de moradia na zona urbana; 3º - auto-reassentamento rural, ao qual se concederia uma carta de crédito no valor de R\$ 5.300,00 para compra de propriedade rural; e 4º - reassentamento rural coletivo em lotes de 10 hectares contendo casa de alvenaria e galpão para insumos, água e energia elétrica.

A autora aponta que: “Aproximadamente 200 famílias optaram por Carta de Crédito para aquisição de propriedade rural ou urbana, e foram criados dois reassentamentos, o primeiro foi Cana Brava I, com 26 lotes e Cana Brava II, com 12 lotes” (PINHEIRO, 2006, p. 13).

Diante do exposto, observa-se a arbitrariedade no processo de indenização dessas famílias. A transferência da população rural para a zona urbana nas casas da Vila de Furnas, em Minaçu, contribuiu para o agravamento dos problemas sociais na cidade, uma vez que, nesse processo, retirou-se dessas famílias o seu ofício: que é trabalhar a terra.

Por outro lado, o valor de R\$ 5.300,00, oferecido às famílias para a compra de residências urbanas ou novas propriedades, não representa a restituição de direito pela expropriação dessas famílias, já que o quantitativo não restitui a propriedade na mesma condição da antiga. Com essa opção de indenização, os atingidos conseguiram comprar pequenas extensões de terras em áreas de menor fertilidade do solo, ou casas em áreas periféricas da cidade de Minaçu.

Apesar de certas famílias terem aderido à carta de crédito, muitas encontram-se insatisfeitas, permanecendo no movimento, como se pode observar no seguinte relato de uma moradora que aderiu à carta de crédito para a compra de residência na zona urbana:

[...] olha, eu e meu esposo tinha uma pequena terrinha aqui em Minaçu que foi alagada pela “represa”. [...] a gente preferiu pelo dinheiro para compra de uma casa aqui na cidade, só que não resolveu nada. O que deu pra compra na época foi uma casa longe do centro, e ela não é muito boa não. [...] hoje eu trabalho como empregada numa casa e meu marido trabalha como ajudante de pedreiro aqui em Minaçu. [...] meus filho já se casou e não mora mais com agente. (ENTREVISTADO A).

Por fim, os assentamentos rurais coletivos com lotes de 10 hectares dotado de certa infraestrutura também não foram capazes de cobrir a perda patrimonial das famílias afetadas. Um alqueire goiano (unidade de medida em Goiás) representa 4,84 hectares. No referido assentamento, cada lote possuía pouco mais de dois alqueires goianos, o que, em muitos casos, não representa o tamanho da terra alagada pela barragem da Usina Hidrelétrica de Cana Brava.

Durante trabalho de campo, percebeu-se que as principais reclamações se referiam ao valor de indenização e ao tamanho dos lotes no assentamento. A partir de um relato de um senhor que teve sua propriedade inundada observou-se que os tamanhos dos lotes não ofereceram capacidade às famílias assentadas de se restabelecerem economicamente:

Bom, eu tenho 69 anos e tive minha propriedade alagada pela firma. Minha terra era pequena, mas foi lá que criei meus 5 “fi”. Eu mexia com tirar leite das vacas e plantava uma roça de milho [...] mandioca e minha esposa cuidava de uma horta. Era 14 “alqueire”, quase 15, muito menos do que os doutor da firma lá quiseram dar de volta pra gente [...]. (ENTREVISTADO B).

Ressalta-se que os impactos sociais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava não foram minimizados pelas ações propostas pelo Estado e pela Concessionária da hidrelétrica. Esse impacto tem sido analisado apenas através da ótica da maximização do acúmulo capitalista, tratando fatores importantes, os habitantes da região, com descaso, em nome do capital, no caso o capital barrageiro.

As famílias afetadas pela barragem perderam não apenas suas propriedades, mas também seus *lugares*, seus sonhos, suas alegrias, suas relações e suas tradições através de sua desterritorialização arbitrária. Essa perda pode ser observada no seguinte relato de uma senhora afetada pela barragem:

[...] morei a vida toda na fazenda [...] foi triste ver meus “pé de rosa” e os “pé de fruta” que tinha no quintal ser alagados. Quando foram construir a “represa”, veio uns psicólogos até “nóis” para convencer a gente a sair da fazenda e aceitar a construção da “represa”. Eles disseram que se não quisesse sair, que comprasse um rodo para tirar a água. Não “deixaro” nem a gente tirar os “órgão” dos parente do cemitério [...]. (ENTREVISTADO C).

Em virtude da morosidade do Estado e da Concessionária em reparar os danos aos atingidos pela construção de Cana Brava, a questão energética em Minaçu está envolvida em um ambiente conflitivo. Já se passou mais de uma década desde a construção da usina

e os atingidos ainda encontram-se na luta contra a expropriação arbitrária que lhes foi imposta.

Conflitos entre os atingidos e a empresa são frequentes, como o que correu em agosto de 2013, momento no qual representantes de 400 famílias ocuparam a entrada da hidroelétrica em protesto, conforme informou líder do movimento durante o trabalho de campo (ENTREVISTADO D). A reação da Tractebel é de não reconhecer o direito das famílias que reivindicaram, recorrendo sempre ao poder judiciário para reintegração de posse.

O contexto diário das famílias afetadas está assentado em situações de tensão. A polícia sempre se faz presente nos momentos de manifestações promovidos pelo MAB, no intuito de intimidar e inibir ações do movimento contra a empresa. As perdas das famílias afetadas vão além da reparação material. Além de perderem seus bens e seu lugar, esse grupo também teve seus direitos corrompidos, em detrimento dos interesses do capital barrageiro internacional.

Destarte, diante do conflito instalado em torno da construção de Cana Brava, percebe-se que, por meio da análise de indicadores sociais, não houve efeitos positivos para a comunidade local afetada no município, ao contrário do discurso desenvolvimentista do Estado e do capital privado.

Ao comparar certos indicadores sociais de Minaçu com seus municípios limítrofes, percebe-se que a chegada do capital barrageiro não tem conduzido o município a uma melhora expressiva nesses indicadores.

Conforme observa-se na Tabela 2, o município de Minaçu, apesar de possuir a maior economia entre o grupo analisado, teve a terceira menor redução da taxa de vulneráveis à pobreza, reduzindo esse indicador em 20,83 pontos percentuais no período de 2000 a 2010. O município de Cavalcante, também afetado pelo reservatório, apresentou a segunda menor taxa de redução, 14,67 pontos percentuais.

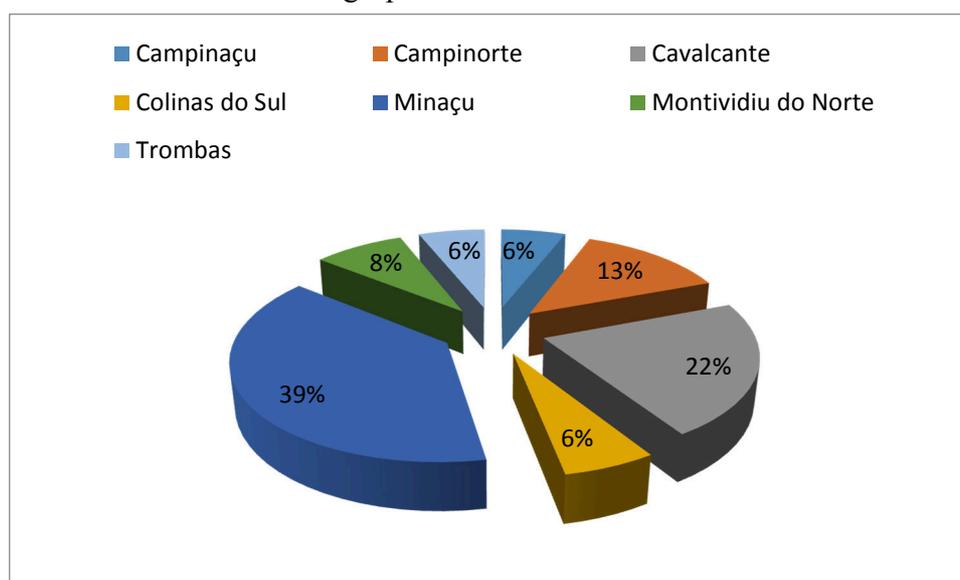
Tabela 2: Comparação do índice de Vulnerabilidade à Pobreza de Alto Horizonte (GO) com seus municípios limítrofes, de 2000 a 2010

Municípios	% de vulneráveis à pobreza	
	2000	2010
Campinaçu	72,86	45,88
Campinorte	64,14	34,71
Cavalcante	81,26	66,59
Colinas do Sul	79,2	49,76
Minaçu	56,59	35,76
Montividiu do Norte	85,11	59,19
Trombas	62,24	50,06
Goiás	46,68	24,22

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (BRASIL, 2013). Dados trabalhados pelos autores.

Nota: O Índice de Vulnerabilidade à Pobreza refere-se à proporção indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a ½ salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Considera-se que ainda é elevado o número de pessoas nessa condição em Minaçu, levando-se em consideração que 35,76% dos indivíduos encontravam-se na situação de vulneráveis à pobreza no ano de 2010, cuja realidade não se distancia muito da dos municípios de seu entorno. O índice ainda é superior ao do estado de Goiás.

Figura 3: Concentração dos indivíduos em estado de vulnerabilidade à pobreza no grupo analisado – 2010

Fonte: Sistema de Recuperação Automática – SIDRA – IBGE (2016); Atlas do Desenvolvimento Humano (BRASIL, 2013). Dados tabulados pelos autores.

Em 2000, o município possuía 18.889 pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade à pobreza, o que representava 1/2 da população residente em domicílio particular permanente. Já em 2010, esse número caiu para 11.063 indivíduos. Mesmo assim, Minaçu ainda possui o maior número de indivíduos nessa situação no grupo analisado. Deste, 39% dos indivíduos em vulnerabilidade à pobreza viviam em Minaçu no ano de 2010, conforme os dados demonstrados na figura 3.

Os três municípios afetados pela barragem – Cavalcante, Colinas do Sul e Minaçu – representavam 67% da população vivendo nessa situação, entre o grupo de municípios analisados, no ano de 2010. Essa proporção manteve-se em relação ao ano de 2000, evidenciando que, apesar do decréscimo das taxas por município, a população pobre, levando em consideração o grupo analisado, ainda concentra-se nesses três municípios, contradizendo o discurso do desenvolvimento defendido pela concessionária da usina hidrelétrica e pelo governo.

O Índice de Gini, que permite analisar a concentração de renda, também evidencia o exposto até o momento, uma vez que houve sensível queda em Minaçu, passando de 0,54 no ano de 2000 para 0,52 no ano de 2010, ainda distante do ideal que é de 0,40 (BRASIL, 2013).

Como é possível observar na Tabela 3, o município de Minaçu ainda apresentou a pior evolução no indicador de mortalidade infantil quando comparado com seus municípios limítrofes. Houve uma queda de 6,4 pontos no índice no período de 2000 a 2010, sendo o município com o maior índice nesse último ano entre os analisados.

Tabela 3: Comparação do índice de Mortalidade Infantil de Minaçu (GO) com seus municípios limítrofes, 2000-2010

Municípios	Mortalidade Infantil (%)	
	2000	2010
Campinaçu	27	14,4
Campinorte	28,4	12,6
Cavalcante	32,7	15,4
Colinas do Sul	34,1	14,3
Minaçu	24,1	17,7
Montividiu do Norte	33,1	14,6
Trombas	26,8	15
Goiás	24,4	14

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano (BRASIL, 2013). Dados trabalhados pelos autores.

Com relação ao IDH-M (índice de Desenvolvimento Municipal), o município apresentou significativo crescimento, saindo de 0,559, considerado baixo, em 2000, para 0,707, em 2010, considerado alto (BRASIL, 2016). Esse crescimento acompanhou a evolução da maioria dos municípios brasileiros no período analisado.

Diante do exposto, pode-se perceber que a construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava em Minaçu não foi responsável por alterar significativamente sua realidade social, sendo responsável pelos conflitos sociais presentes no município. O projeto trouxe consequências negativas para Minaçu e municípios de seu entorno, notadamente os afetados com a construção da barragem: Cavalcante e Colinas do Sul.

Nesse cenário, diante dos conflitos instalados em consequência da construção de Cana Brava e da manutenção dos contextos de pobreza da população, observa-se, ainda, que no período de 2000 a 2010, concluído o projeto hidrelétrico, o Município de Minaçu perdeu população, conforme traz a Tabela 4.

Tabela 4: Comparação do crescimento populacional de Minaçu (GO) com seus municípios limítrofes, 2000-2010

Municípios	População		Crescimento (%)
	2000	2010	
Campinaçu	3.707	3.656	-1,75
Campinorte	9.641	11.111	15,24
Cavalcante	9.150	9.392	2,64
Colinas do Sul	3.702	3.523	-4,83
Minaçu	33.608	31.154	-7,3
Montividiu do Norte	3.789	4.122	8,78
Trombas	3.434	3.452	0,52
Goiás	5.003.228	6.003.788	19,99

Fonte: Sistema de Recuperação Automática – SIDRA – IBGE (2016). Dados tabulados pelos autores.

Houve um decréscimo populacional de 4,83%, o que representa a expulsão de 2.454 habitantes. Atrela-se essa realidade ao fato da inexistência de políticas públicas e de ações privadas, sobretudo da concessionária, que articulem e direcionem os fatores multiplicadores da exploração dos recursos naturais para um desenvolvimento econômico e social no município, o que contribui para a manutenção da desigualdade social, concentração de renda e vulnerabilidade territorial de ordens econômica, social e ambiental.

Considerações finais

Conclui-se que os interesses inerentes à implantação da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, em Minaçu, circundaram e circundam apenas o processo produtivo e de acumulação do capital. As famílias sujeitadas à expropriação foram compulsoriamente desterritorializadas, tiveram seus direitos corrompidos pelo processo de decisão arbitrário do uso de um bem natural em benefício do “bem comum”.

Todavia, percebe-se que o Estado, em nível municipal, estadual ou federal, é conivente com esse processo. É ele que apoia a expropriação arbitrária e excludente dos atingidos por barragens. O pressuposto jurídico do “bem comum” torna-se nesse processo seletivo e excludente.

As famílias afetadas não perderam apenas bens materiais, os quais não foram ressarcidos, e os que foram, não no devido valor, pois tiveram de se desfazer de suas características sócio-culturais: suas tradições, suas relações, suas vivências, sua essência. Foram privadas do seu lugar, desterritorializadas e reterritorializadas, porém, sem seu ofício, sem a perspectiva de vida e de futuro, sem as condições e direitos para sua sobrevivência.

Portanto, a produção elétrica por meio da Usina de Cana Brava e, conseqüentemente, as densidades técnicas em torno desse projeto não têm como objetivo atender a quem nessa localidade já vivia, mas aos interesses do outro, que vem de fora, das grandes corporações e do capital barrageiro. Destarte, a produção de riquezas no município e região torna-se concentrada e seus efeitos são mal distribuídos, não contribuindo efetivamente para a superação das desigualdades sociais e econômicas presentes em Minaçu.

Para finalizar, ressalta-se que existem outros desdobramentos a partir da pesquisa ora realizada, como: a questão dos garimpeiros afetados por barragens de usinas hidrelétricas; a marginalização social de famílias expulsas pelas “águas” das barragens; o impacto de futuras centrais hidrelétricas em Goiás; e o caso específico da Comunidade de Vila Vermelho em Cavalcante, isolada pelas águas de Cana Brava. São apenas certos apontamentos que podem direcionar investigações e estudos futuros nessa área.

Referências

ALMEIDA, Giovanna Soares; VIEIRA JÚNIOR, Pedro Abel; RAMOS, Pedro. Os programas de desenvolvimento econômico do centro-oeste brasileiro e suas conseqüências: anos 60 e 70. In: **ANAIS DO VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL**. Quito, 2006.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris: ecologia e história**. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1988.

BRASIL. Decreto nº 591 de 06 de julho de 1992.

Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 1992. Seção 1, p. 8713. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: mar. de 2015.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD/Fundação João Pinheiro/IPEA/Governo Federal, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/quem_faz/atlas_regiao_metropolitana/>. Acesso em: fev. de 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

CHAVES, M. R. **Descentralização da Política de Meio Ambiente no Brasil e a Gestão dos Recursos Naturais no Cerrado Goiano**. 2003. 187f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

CORREIA, Sérgio Roberto Moraes. O movimento dos atingidos por barragens na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 12, n. 15, p. 34-65, jul./dez. 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Cerrados: Conhecimento, Tecnologia e Compromisso Ambiental**. Planaltina, DF: EMBRAPA, 2005.

ENTREVISTADO A. Entrevista I. [Ago. 2014]. Entrevistador: Hamilton Matos Cardoso Júnior. Minaçu – Goiás, 2014. 1 arquivo .mp3 (10 min.).

ENTREVISTADO B. Entrevista II. [Ago. 2014]. Entrevistador: Hamilton Matos Cardoso Júnior. Minaçu – Goiás, 2014. 1 arquivo .mp3 (09 min.).

ENTREVISTADO C. Entrevista III. [Ago. 2014]. Entrevistador: Hamilton Matos Cardoso Júnior. Minaçu – Goiás, 2014. 1 arquivo .mp3 (13 min.).

ENTREVISTADO D. Entrevista IV. [Ago. 2014]. Entrevistador: Hamilton Matos Cardoso Júnior. Minaçu – Goiás, 2014. 1 arquivo .mp3 (22 min.).

FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. **Impactos socioambientais de grandes barragens e desenvolvimento: a percepção dos atores locais sobre a Usina Hidrelétrica Serra da Mesa**. 2010. 412f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia e movimentos sociais no processo de globalização em curso: apontamentos. In: **Boletim Gaúcho de Geografia** – edição especial. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre: Editora Unijuí, 1998. p. 19-30.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>>. Acesso em: mar. de 2016.

LA ROVERE, Emílio. A Questão energética e o desenvolvimento Sustentável. In: ROSA, Luiz Pinguelli (Org). **O ambiente inteiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

LIMA, José Luiz. **Política de governo e desenvolvimento do setor de energia do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, 1995.

MAB. **Movimento dos Atingidos por Barragens**. Uma história de luta, desafios e conquistas. São Paulo: Secretaria Nacional do MAB, 2002. Caderno nº 07.

_____. **A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragem**. Coletivo de Educação. 1. ed. Brasília-DF: MAB, 2005. Caderno Pedagógico.

_____. **A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética**. São Paulo: Secretaria Nacional do MAB, 2008.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de Oliveira; MELO, Marcelo de (Orgs.). **Território, cidades e cultura no cerrado**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012. p. 29-52.

PESSOA, Jandir de. A colônia agrícola nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, Delma Pessanha (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 175-192.

PINHEIRO, Daniele. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas conseqüências no tratamento de questões sociais e ambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO**. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SCHEIBE, Stephen David. **Ações Públicas e Cerrados: Problemas e Alternativas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1985.

SHIKI, Shigeo. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhos para o caos? In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antônio Cesar. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997. p. 135-165.

SILVA, Lílian Leandra. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 1, n. 2, p. 24-36, 2000.

UFRJ. **Observatório Socio-Ambiental de Barragens DA Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>>. Acesso em: mar. de 2016.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

Recebido em 18/02/2018. Aceito para publicação em 03/09/2018.
--